

QUESTÃO AGRÁRIA E CAPITALISMO: O CASO BRASILEIRO

Edson de Morais Machado. Doutor em Geografia (UFSC)
edsonmachado1988@hotmail.com

RESUMO

No Brasil, a questão agrária permanece sendo alvo de intenso debate desde meados do século passado, quando é alavancado com o processo de urbanização/industrialização. Sua correta interpretação foi e ainda é de suma importância. Se o problema não fosse entendido, tampouco seria possível compreender o problema da indústria, nem o papel que os serviços desempenham. Interpretar corretamente era a solução para indicar quais dificuldades deveriam ser enfrentadas e o caminho a seguir. Assim, esse artigo tem o objetivo descrever as origens da questão agrária brasileira e seus desdobramentos sob a ótica do processo de desenvolvimento capitalista, apontando as principais teorias desenvolvidas. Busca compreender como o Brasil conseguiu construir seu edifício industrial sem que ocorresse reforma agrária e a conjuntura de quando este processo adentra a agricultura. Buscamos apontar como o Estado reagiu diante da passagem da sociedade brasileira, de rural para urbana, ao passo que entrava em um acelerado processo de industrialização em condições de crise agrária.

Palavra-chave: desenvolvimento; agrário; economia;

INTRODUÇÃO

A questão agrária brasileira, desde meados do século passado, quando o Brasil se consolidava como um país urbano-industrial, permanece sendo alvo de intenso debate. Realidade que alavancou o confronto entre os antigos interesses agroexportadores, que já não comandavam plenamente a economia nacional, e os novos líderes vinculados à acumulação industrial.

Essa disputa ideológica e de poder fermentava o debate político-econômico brasileiro no referido período, abrindo espaço para diversas interpretações a respeito do desenvolvimento econômico nacional e qual o melhor caminho a ser seguido. A intelectualidade brasileira estava dividida entre, de um lado, o liberalismo econômico, objetivando manter centrada a economia brasileira na agricultura com forte apoio dos países centrais tradicionais que objetivavam manter intacta a divisão internacional do trabalho então vigente, e, de outro, a industrialização, direcionando as atenções a políticas desenvolvimentistas e tendo o Estado como o principal interventor na industrialização do país. Entre os autores que ganharam destaque neste debate estão Celso Furtado, Caio Prado Jr., Eugênio Gudín, Ignácio Rangel, Nelson Werneck Sodré, Maria da Conceição Tavares, Francisco de Oliveira, Paul Singer, Mário Henrique Simonsen, entre outros.

A correta interpretação da questão agrária era de suma importância, pois a estrutura da economia que precedeu nossa industrialização, assim como na maior parte de quase todas as civilizações, está na agricultura. Se o problema da agricultura não fosse entendido, tampouco seria possível compreender o problema da indústria, ou manufatura, nem o papel que os serviços desempenham. Sua importância consiste no fato de que a indústria, a manufatura e os serviços são novas formas de aplicação de parte do tempo de trabalho da população que antes o aplicava na agricultura, abrindo espaço para que esta se reorganize (RANGEL, 1954). Interpretar corretamente essa temática era a solução correta para indicar quais dificuldades deveriam ser enfrentadas e qual caminho seguir. A industrialização brasileira andava a passos largos e necessitava cada vez mais de mão de obra, retirada da agricultura em um acelerado processo de urbanização, ao mesmo tempo em que a demanda por bens agrícolas ampliava.

Apesar das diferentes abordagens realizadas pelos diversos teóricos a pouco citados, entre outros tantos, a efervescência e a pluralidade de ideias foi um passo importante para a criação de interpretações a partir do ponto de vista nacional, ou seja, se tem início a análises e orientações desenvolvidas por pensadores brasileiros, substituindo as análises e orientações teóricas que até então provinham essencialmente de autores estrangeiros especializados nos países periféricos (Raul Prebisch, Ragnar Nurkse, Gunnar Myrdal, etc.). Evidentemente que as teses nacionais, algumas mais originais outras nem tanto, lançaram mão das grandes teorias econômicas convencionais, como as teorias clássicas, marxistas, neoclássica, Keynesiana, etc., todavia, de modo mais particular, considerando em grande medida as especificidades do capitalismo periférico brasileiro. Assim, para interpretar a economia nacional, os pensadores brasileiros lançaram mão de várias concepções sobre a articulação dos sistemas econômicos, sobre sua dinâmica de funcionamento, ou sobre suas leis fundamentais e possibilidades de transformação, desembocando em diagnósticos diferentes, quando não conflitantes, sobre a mesma realidade (MANTEGA, 1984, p.18).

Diante do exposto, este artigo tem como objetivo descrever as origens da questão agrária brasileira e seus desdobramentos sob a ótica do processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista em nosso território, apontando as principais teorias desenvolvidas sobre o tema a partir da segunda metade do século passado. Busca compreender como o Brasil conseguiu construir seu edifício industrial sem que ocorresse reforma agrária, e a conjuntura de quando este processo adentra a agricultura nacional, ocasionando um dos mais bruscos processos de urbanização já

registrado na história. Aponta como o Estado reagiu diante da passagem da sociedade brasileira de essencialmente rural para essencialmente urbana em apenas meio século, ao passo que entrava em um acelerado processo de industrialização em condições de crise agrária.

Salientamos, entretanto, que diante da dimensão da problemática, já exaustivamente tratada por diversos autores (economistas, geógrafos, historiadores, antropólogos, etc.), buscamos aqui apenas assinalar alguns pontos centrais, suas semelhanças e contradições, sem jamais ter a pretensão de esgotar o assunto. Buscamos, assim, manter viva a reflexão de tal tema nos estudos geográficos e da sociedade como um todo, dada sua extrema importância diante do decano estrangulamento social e econômico vivido pela nação.

ORIGEM DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

A análise da questão agrária brasileira e seu debate devem ser analisados a partir da compreensão do processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção em nosso território. É fundamental ter a compreensão que o capitalismo se desenvolve de forma desigual e contraditória, não modificando de uma só vez todas as formas e modos de produção, bem como, conforme descreve Maurice Dobb (2004, p. 209), o desenvolvimento do capitalismo nos países mais adiantados, como a Grã-Bretanha, serviu para atrasar o de outras partes do mundo.

Neste contexto, tomam-se como ponto de partida, fundamentalmente, dois pontos chaves, o primeiro diz respeito à estrutura fundiária e o outro ponto refere-se ao modo de produção.

Historicamente, a estrutura fundiária no Brasil, ou seja, sua forma de distribuição e acesso à terra, já nasce sob o domínio da grande propriedade rural, sendo, portanto, desigual, através da divisão do território brasileiro em capitânicas, que marcou os primeiros séculos de ocupação e desempenhou importante papel na fixação de território sob domínio português, e, posteriormente, a doação de sesmarias.

Tratou-se de uma nítida aplicação de costumes e práticas feudais que deram origem aos vastos latifúndios voltados prioritariamente à produção de produtos tropicais para o abastecimento do mercado europeu (PEREIRA, 2011, p.14), inibindo o acesso à terra da maior parte da população. Esta conjuntura permanece por um longo período na formação sócioespacial brasileira onde o domínio da terra era do Estado, sendo

concedida a vassallos da Coroa Portuguesa, permanecendo, entretanto, sob posse da Coroa.

Quanto ao modo de produção, trata-se de uma dualidade, quando externamente desenvolviam-se relações de vassalagem, portanto feudais, entre a coroa portuguesa e os senhores de terras no Brasil, e, internamente, as condições específicas de colônia, somadas aos interesses mercantis europeu, exigiram que se desenvolvessem relações escravistas de produção, embora na sociedade brasileira tenha ocorrido, concomitantemente, outros modos de produção.

No mundo, o capitalismo mercantil entrava em seu estágio inicial de desenvolvimento (RANGEL, 1981). Assim sendo, as características predominantes da socioeconomia brasileira, até o início do século XX, foram as seguintes: a propriedade latifundiária, a monocultura, a mão de obra cativa, a produção para exportação.

Mesmo no período da Independência (pós 1822), quando foi promulgada a Lei de Terras (1850)⁴⁴ e um novo pacto de poder passa a comandar o país (latifundiários agroexportadores senhores de escravos e o nascente capital comercial brasileiro), a estrutura agrária não foi afetada, permanecendo a monocultura cafeeira latifundiária e as relações escravistas de produção. Embora, nessa conjuntura, uma diminuta parcela de pequenos produtores passasse a ter acesso à terra, praticando, essencialmente, a agricultura de subsistência. Posteriormente, da Programação da República (1889) à República Nova (1930), a oligarquia agrária exportadora (latifúndio feudal), tendo o café como principal produto, comandou o Estado, substituindo a mão de obra escrava e cativa (sob pressão do capitalismo industrial inglês) por de imigrantes estrangeiros (alemães, italianos, poloneses, etc.), ao mesmo tempo em que novas áreas vão sendo incorporadas à produção (áreas mais afastadas do litoral, áreas de fronteiras, etc.).

Muitos dos ex-escravos dirigem-se ao interior do país formando os quilombos, ou permanecem no interior das fazendas recebendo do senhor, de forma não definitiva, um pequeno lote, formando os complexos rurais. Esse último também era formado por homens livres pobres, que não haviam sido escravizados (imigrantes europeus, brasileiros descendentes de portugueses, etc.), na qual tinham acesso à terra sob as mesmas condições (posse não definitiva).

44 Trata-se da lei nº 601 de 18 de setem//bro de 1850, denominada de Lei de Terras. A partir dessa lei, a terra no Brasil deveria ser comprada e não mais concedida pelo Governo, como ocorria desde o tempo colonial. A venda dependia de autorização do Imperador, sendo realizada por meio de leilões e exclusivamente com pagamento à vista.

A permanência de um grande número de ex-escravos no interior das fazendas ocorre em virtude da dificuldade intencional de acesso à terra, ocasionada pela necessidade da criação de um elevado contingente de trabalhadores rurais, mantendo, assim, a mão de obra barata e abundante. A grande dificuldade de acesso à propriedade veio principalmente da Lei de Terras (1850), que passou a regulamentar a sua aquisição em território brasileiro, exigindo que todas as terras somente poderiam ser adquiridas se pagas à vista. Assim, a posse de terra permaneceu nas mãos da elite, obrigando o restante da população a vender sua força de trabalho ao latifundiário. O pequeno agricultor, ex-escravo, imigrante, etc., nas condições de alta exploração, dificilmente conseguiria acumular capital para pagamento à vista do título de propriedade de terra.

No início do século XX, marcado pelo período depressivo do quarto ciclo de Kondratieff da economia capitalista mundial, ocorre uma contração do comércio internacional. O Brasil, nesta conjuntura, tendo a burguesia mercantil e o latifúndio agrário exportador comandando o Estado e possuindo, portanto, sua economia voltada a agroexportação, tendo o café como principal produto, acaba por enfrentar uma grave crise econômica.

Tal crise desemboca na Revolução de 30 (terceira meia-revolução brasileira), levando ao poder o latifúndio agrário voltado ao mercado interno (oligarquias regionais do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e sertão do Nordeste), que passam a ser sócio-maior, e a burguesia industrial nascente, sócio-menor, acelerando o processo de substituição de importações. Externamente, nesta conjuntura, o Brasil substitui o capitalismo industrial inglês pelo capitalismo financeiro norte-americano, o qual garantia financiamentos à economia brasileira (RANGEL, 1981). Internamente, ocorre a substituição dos comerciantes de export-import ligados à Inglaterra pelos industriais nacionais, financiados pelo sistema bancário norte-americano, acelerando o crescimento e provocando um enorme rearranjo na organização territorial do país.

No decorrer do processo supracitado, as diferentes regiões brasileiras, antes mais voltadas para o comércio exterior do que com outras áreas nacionais (arquipélagos regionais), passaram a ser rapidamente unidas em um único espaço nacional, ao mesmo tempo em que as fronteiras com o exterior foram reforçadas e as “fronteiras” interestaduais, com a supressão dos impostos entre os estados da federação e a crescente rodoviarização, foram dissolvidas (MAMIGONIAN, 2009, p.51). Trata-se, portanto, de um processo de centralização política do Estado. Tal processo facilita a circulação nacional de produtos, que é acompanhada por intenso crescimento. Sampaio et al

(2005), comenta que, neste período, a produção agrícola cresce a ritmos superiores ao crescimento populacional, o que reforça a condição capitalista desta.

Sendo firmado um grande pacto de poder que alavanca o processo de industrialização brasileira, na interpretação de Rangel, a Revolução de 30 ocorre sem a devida modificação da estrutura agrária do país. Deste modo, permaneceu no campo uma velha organização feudal, responsável pela maior parte da estrutura fundiária brasileira. Em outras palavras, embora a oligarquia agrária exportadora tenha sido apeada do poder com a Revolução de 30, subiu o latifúndio agrário voltado ao mercado interno e os industriais. Assim, mesmo com a mudança de poder, não houve alteração na estrutura agrária.

Com as novas lideranças no poder, o processo de industrialização brasileiro se intensifica, tendo o Estado como principal incentivador, e a urbanização se acelera, consequência de um aprofundamento da divisão social do trabalho, aumentando consideravelmente a demanda por produtos agrícolas e de matéria prima.

O meio rural, com uma estrutura de produção arcaica e com grandes dificuldades de acesso à terra pela maior parte da população, torna-se incapaz de absorver os grandes contingentes populacionais agrários, que, em grande parcela, não encontra outra solução para fazer frente a suas precárias condições de vida senão a de emigrar para os centros urbanos em busca de trabalho.

Tal realidade gerou sérios problemas de abastecimento, que era agravado em grande medida pela estrutura de comercialização dos produtos agrícolas brasileiros, controlada por um número restrito de grandes empresas monopsônicas⁴⁵ e oligopsônicas⁴⁶, que compravam toda a produção agrária a preços baixos para revendê-los a preços extremamente altos aos consumidores finais. Ora, assim sendo, os itens de primeira necessidade (alimentação, etc.) se tornavam extremamente caros, diminuindo o poder de compra dos consumidores aos demais produtos de consumo dos trabalhadores (considerados de segunda necessidade), prejudicando o processo de desenvolvimento capitalista brasileiro.

45 Estrutura oposta ao monopólio. Nos monopsonios os produtores de um determinado bem não possuem outra opção que a de vender para um único demandante existente (possui exclusividade de compra), dando-lhe enorme capacidade de influenciar diretamente nos preços que serão praticados.

46 Nos oligopsônios há um restrito número de compradores, não apenas um como os monopsonios. Ambos possuem poder de mercado devido ao fato de poderem influenciar os preços de determinado bem, permitindo, no nosso caso, pouco poder de barganha ao agricultor, reprimindo a renda agrícola e tornando difícil a implantação de uma produção em massa e a evolução do mercado interno.

Cabe lembrar que estes monopsônios e oligopsônios foram possíveis, pois a industrialização brasileira ocorreu primeiramente no departamento II, com bens de consumo, tal como as indústrias têxteis, de alimento, etc., e posteriormente o Departamento I (bens de capital). Foi em consequência do acúmulo de capital no Departamento II que foi possível investir na produção de bens de capital, promovendo o processo de substituição de importação (Votorantim, Matarazzo, etc.) e mantendo sob controle de um restrito grupo, todo o processo de produção.

A aquisição da produção a preços extremamente baixos não estimulava nem possibilitava o crescimento da oferta, ou seja, da produção no campo, ao mesmo tempo em que os monopsônios e oligopsônios utilizavam a escassez de mercadorias para manter elevados os preços de venda, atingindo diretamente o consumidor. Ou seja, nas palavras de Rangel (2005, v.2, p. 64), o desestímulo à produção – preços baixos e erráticos, recusa pura e simples de aquisição da safra, etc. – limitava arbitrariamente a oferta, deixando a produção agrícola com capacidade ociosa e, ao mesmo tempo, habilitando o oligopsônio-oligopólio a forçar o consumidor a aceitar seus preços.

Este cenário agravou-se com a modernização do campo, ou seja, a capitalização da agricultura brasileira, transformando o latifúndio feudal em latifúndio capitalista. Mediante a isto, a relativa autossuficiência da economia rural passa a ser minada pelos padrões de consumo urbano.

O processo supracitado liberou novos contingentes de trabalhadores que se dirigiam aos centros urbanos, aumentando ainda mais o exército industrial de reserva e suas consequências (pouco poder de barganha dos trabalhadores que resultava em baixos salários, grande rotatividade de funcionários, altos índices de desemprego, etc.), bem como os problemas de abastecimentos de alimentos e de fornecimento de matérias-primas para as indústrias. Resultou, ainda, em escassez sazonal de mão de obra nas atividades agrícolas organizadas, como a monocultura, pois parte de seu contingente antes alocado no interior da própria fazenda (latifúndio convencional) passaram a ser expulsos frente a valorização da terra como processo resultante de sua conversão à pecuária ou à cultura monopolista, pondo fim aos complexos rurais antes existentes. Diante das poucas possibilidades de empregos no meio urbano, muitos dos trabalhadores rurais, sem instrução, analfabetos, entre outros, passaram a viver no meio urbano, ora empregando-se na construção civil, residindo nas periferias, etc., ora nas atividades agrícolas (período de colheita das safras), acompanhando o ciclo produtivo de diversas culturas, dirigindo-se de uma região agrícola para outra sem possuir,

entretanto, a posse, mesmo que não definitiva, da terra, transformando-se em trabalhadores semi-assalariados temporários (os denominados boias-frias).

Entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a indústria nascente nacional, que foi se instalando em quase todas as cidades portuárias brasileiras, desde Belém até o Porto do Rio Grande, criando uma nova realidade no interior da economia agroexportadora (MAMIGONIAN, 2000), conseguiu absorver uma grande parcela do contingente populacional que saía do campo e se dirigia aos centros urbanos, pois a infraestrutura destas indústrias era indutor de mão de obra, ou seja, a produção era realizada com equipamentos e instalações pré-industriais, que requisitavam um grande número de operadores para a realização da produção. Posteriormente, com o processo de modernização industrial, pós política de substituição de importação, a indústria deixa de ser indutor de mão de obra para ser indutor de capital. Assim, o grande contingente populacional que chegava a cidade não era mais capaz de ser absorvido pelas indústrias, ampliando o exército industrial de reserva e agravando os problemas sociais como os inchaços urbanos, a favelização, criminalidade, etc., criando também uma crise urbana que permanece até hoje.

Para amenizar tais problemas, o Estado criou diversas intervenções que tinham o objetivo de controlar os problemas relacionados aos abastecimentos e os problemas sociais. As intervenções de tais problemas abrangiam desde o incentivo à produção até o controle de preços, bem como a colonização de novas terras nas áreas de fronteiras, não mais com imigrantes europeus ou asiáticos e sim incentivando correntes de migrações internas (áreas não ocupadas no interior dos estados brasileiros, etc), que tiveram o acesso facilitado pela implantação da malha rodoviária nacional.

Segundo Sampaio et al (2005, p.32), no primeiro governo de Getúlio Vargas foi criada a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, a qual visava o financiamento de atividades agroindustriais e de indústrias de alimentos, bem como os empréstimos para custeio agrícola e o tabelamento dos gêneros considerados “básicos” na alimentação do trabalhador, como feijão, mandioca, arroz e carne bovina.

No segundo governo, criam-se indústrias de equipamentos agrícolas e de fertilizantes, esboçando-se uma política de modernização da agricultura que será levada a efeito no governo de JK e no período militar. Ainda segundo o autor, foi no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) que foram criados os incentivos à produção de trigo e à formação de cooperativas agrícolas no Sul do Brasil, dando origem aos serviços de extensão rural, com o objetivo de atuar diretamente sobre o agricultor, no

sentido da mudança técnico produtiva. Originaram-se também os recursos à indústria alimentícia, em especial a de frigoríficos e matadouros industriais.

Salienta-se que, como explica Rangel (1963), a industrialização brasileira ocorreu em condições de crise agrária, onde a transformação do latifúndio feudal em latifúndio capitalista rompe a dinâmica do complexo rural e implica na expulsão da população rural para os centros urbanos na busca por novas ocupações. Este processo foi extremamente brutal, considerando que em 1940 a população urbana representava apenas 31,2% do total nacional, e em 1970 já era 55,9%, ou seja, em apenas trinta anos a população urbana brasileira cresceu 304%. Assim, teve-se um processo de descampinação concomitantemente com um processo de industrialização, ocorrendo, portanto, o processo por via prussiana.

PRINCIPAIS INTERPRETAÇÕES PARA A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E A CONJUNTURA ATUAL

Era evidente que a conjuntura supracitada ocasionasse a intensificação dos debates sobre reformas estruturais (agrária, urbana, bancária e universitária), consideradas essenciais para a continuidade do desenvolvimento econômico e social brasileiro.

Entre todas as discussões, a questão agrária, dada a dimensão das dificuldades que ocasionava (tanto econômico como social) ganhou maior dimensão, sendo posta como obstáculo ao desenvolvimento econômico do país e desenvolvendo várias teorias que buscavam explicá-la e/ou propor soluções.

Como dito, se o problema da agricultura não fosse entendido tampouco seria possível compreender o problema da indústria, ou manufatura, nem o papel que os serviços desempenham. Assim, a intelectualidade brasileira, engajada em desvendar o processo de industrialização, incluindo seus entraves, passa a propagar várias teorias (Mayer F., 1926; Prado Jr., C, 1945; Rangel I., 1957; G.Paim, 1957; Furtado, C., 1959; etc.).

As teorias foram divididas em duas grandes linhas de pensamento. Sendo, de um lado, os diversos estudiosos denominados de estruturalistas, que atribuíam ao campo a incapacidade estrutural de cumprir sua parte na expansão do capitalismo no Brasil, ou seja, fornecer em quantidades suficientes matéria prima para as indústrias e alimento para a população urbana. De outro, a interpretação de Ignácio Rangel (1963),

afirmando que eram os monopsonios e oligopsonios de comercialização os responsáveis pela permanência dos altos preços dos alimentos e das matérias primas, e que, em virtude do baixo valor pago por estes aos produtores rurais, eles não eram incentivados a aumentar a oferta, nem conseguiam condições técnico-financeira para tal. Assim sendo, o problema agrário brasileiro não era de sua estrutura, que, como os estruturalistas afirmavam, estagnava um melhor desempenho em relação a produção de alimentos e de matéria prima, e sim os intermediadores, que usurpavam altos lucros dos produtores rurais, não incentivando o aumento da produção e encarecendo os custos nas produções industriais, diminuía ainda o poder de compra dos trabalhadores urbanos, restringindo o mercado consumidor interno.

Entre os estruturalistas, a teoria da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina – ONU) teve maior aderência nas décadas de 50 e 60, afirmando que a concentração de terra provocava restrições insuperáveis ao mercado interno brasileiro, impedindo o avanço industrial, além de que a agricultura latifundiária trabalhava com técnicas primitivas, gerando baixa produtividade e insuficiência de alimentos e matérias-primas nas cidades e, assim, a elevação dos custos industriais.

Era necessária uma reforma agrária, que seria levada a cabo, evidentemente, pelo Estado, pois, na visão da CEPAL, a distribuição de terras ampliaria o mercado interno, atendendo às necessidades do avanço da industrialização (MAMIGONIAN, 2000). Entretanto, no Brasil e na América Latina, a industrialização continuou avançando, mesmo sem reforma agrária, derrotando a visão estagnacionista da CEPAL e criando terreno para o desenvolvimento da teoria dependente, que teve seu auge entre os anos 60 e 70.

A teoria dependente apontava que havia ocorrido nas décadas de 50 e anteriores um grande avanço na industrialização brasileira (a explicação de como este fato ocorreu não era o cerne da questão), mas, em decorrência do grande êxodo rural, criou-se um exército industrial de reserva numeroso e com o uso de tecnologia sofisticada importada, criou mais problemas do que os existentes anteriormente. Ou seja, a criação de empregos havia sido pequena, a produtividade havia aumentado e os salários haviam caído, ocorrendo uma super exploração do trabalho e lucros extraordinários, situação que exigia a presença de ditaduras militar colonial-facistas (MAMIGONIAN, 2000), materializado no período da Ditadura Militar (1964-1985).

Na visão dessa teoria, o desenvolvimento do capitalismo brasileiro estaria estagnado, visto que era altamente dependente (explicação que dá o nome à teoria) dos

países do centro do sistema capitalista, sendo os países periféricos, como o Brasil, a exportar bens de consumo industriais (têxteis, calçados, etc.) aos países centrais, numa aliança entre a classe dominante e a periferia, pois estas exportações contribuíam para baratear a reprodução da força de trabalho no centro do sistema e, por outro lado, mantinha-se intacto o monopólio de centro na produção de bens de equipamentos, que exigia grandes inversões em pesquisas, inalcançáveis na periferia. Tal realidade fazia com que a dependência também se manifestasse por uma estrutura econômica de desequilíbrios setoriais, faltando o departamento de bens de equipamento, situada no exterior.

O crescimento da economia brasileira só ocorreria quando a divisão internacional do trabalho favorecesse sua articulação no interior do sistema capitalista mundial (MAMIGONIAN, 2000, p. 10 e 11), dando um caráter estagnacionista para o desenvolvimento capitalista brasileiro, pois o avanço a novos níveis (departamento I) seria inalcançável.

Destaca-se que, nesta conjuntura, os anos 50 e 60, foram marcados por fortes movimentos camponeses, destacando-se a Liga Camponesa no Nordeste, resultando na aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963), que deu os mesmos direitos a esses que o trabalhador urbano, e na assinatura de decreto federal em 1964 que previa a desapropriação para fins de reforma agrária das terras localizadas numa faixa de dez quilômetros ao longo das rodovias, ferrovias e açudes construídos pela União. Todavia, com a intervenção do regime militar, no mesmo ano, os movimentos foram sufocados e foi imposto o Estatuto da Terra (1964), que embora tenha reconhecido o direito social da terra e, portanto, um instrumento legal para a reforma agrária, só foi aprovado após garantias aos parlamentares que a estrutura fundiária brasileira não seria alterada e que, conforme destacou Oliveira (2002, p. 28), o Estatuto jamais seria aplicado. E não foi, sua regulamentação, ou seja, a elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária, só foi objeto de ação governamental nos anos 80, já com a “Nova República” (OLIVEIRA, 2002).

Novamente, contrariando a teoria estruturalista e dependente, e não ocorrendo a reforma agrária, o capitalismo brasileiro continuou avançando, embora, neste meio, as discussões sobre a estrutura agrária, solicitando reformas, tenham sido alavanca, sendo, entretanto, como dito, sufocadas pelo regime militar e pelo vigoroso crescimento econômico conhecido como “milagre”.

A agricultura continuava a se modernizar, aumentando constantemente seus índices de produtividade. Tal processo de modernização foi possibilitado, entre outros fatores, com a consolidação do mercado interno, ocorrido efetivamente no período militar, que permitia um amplo comércio inter-regional, estimulando o aumento da oferta por parte da indústria de alimentos e dos produtores rurais.

A intervenção do Estado foi de extrema importância para o avanço da produção agrária brasileira. Assim, os anos de 1960-1980 caracterizam-se pelo intenso incentivo à modernização do setor agrícola, sendo criado os serviços de extensão rural, a implantação das indústrias de insumos e equipamentos agrícolas e a oficialização do Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR, ampliando consideravelmente a política agrícola, antes restrita a apenas determinados produtos. Posteriormente, o Estado amplia sua atuação através das políticas de Aquisições do Governo Federal (AGF) e das pesquisas agropecuárias a níveis estaduais e federais (MEDEIROS, 2002), que se consolida na década de 1970, como a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e as empresas de pesquisa estaduais.

Tais ações permitiram ganhos de produtividade crescente a partir de 1970 (conforme indica a tabela 01). Gasques et al (2010), chama a atenção ao apontar que enquanto o produto da agricultura cresceu 243% entre 1970 e 2006, o uso de insumos cresceu 53%. Tal realidade demonstra que o crescimento da agricultura brasileira tem-se dado com base principalmente na produtividade.

Em toda esta conjuntura, contrariando as teorias estagnacionistas, os dados econômicos mundiais indicavam o extremo dinamismo da economia brasileira, registrando em apenas três décadas (1960-1980) um crescimento de dez vezes, somente inferior ao do Japão (país integrante do centro do sistema). Tal crescimento novamente colocou em cheque a teoria dependentista, iniciando de novo o questionamento de como o processo de desenvolvimento capitalista brasileiro continuava avançando, mesmo sem reforma agrária. Neste meio, as ideias de Ignácio Rangel são retomadas.

Fontes de crescimento da agricultura brasileira

| | 1975-2005 | 1980-1989 | 1990-1999 | 2000-2005 |
|-----------------------------------------|--------------------------------------|-----------|-----------|-----------|
| | Taxa anual de crescimento (%) | | | |
| Crescimento do produto | 3,50 | 3,38 | 3,01 | 5,99 |
| <i>Fontes de crescimento do produto</i> | | | | |
| INSUMOS | 0,96 | 1,49 | 0,35 | 2,03 |
| Produtividade do trabalho | 3,56 | 3,2 | 3,11 | 5,81 |
| Produtividade do capital | 2,38 | 1,28 | 3,14 | 4,67 |
| Produtividade da terra | 2,59 | 2,64 | 2,06 | 3,26 |
| PTF | 2,51 | 1,86 | 2,65 | 3,87 |

Tabela 01: Fonte de crescimento da agricultura brasileira (Obs: PTF = Produtividade Total dos Fatores (PTF). Fonte: Gasques et al (2008)

Para Rangel a explicação do desenvolvimento capitalista brasileiro parte da ideia que o sistema capitalista é regido por fases de expansão e fases de depressão, tendo um período médio de vinte e cinco anos cada (ciclos de Kondratieff), além de ciclos médios (juglarianos). Nas fases expansivas ocorre um crescimento da Divisão Internacional do Trabalho, maiores investimentos, etc., nas fases depressivas há uma recessão do comércio internacional, diminuindo a demanda de exportação dos países periféricos, essencialmente agroexportadores. Ora, assim sendo, os recursos (mão de obra, produção, terra, etc.), antes voltado ao mercado externo, passam a buscar novas ocupações rentáveis, passando a produzir itens antes importados e que agora se dirigiam ao mercado interno.

Mamigonian (2000) lembra que na fase depressiva de 1815-1848 os fazendeiros passaram a usar parte de suas terras e escravos na produção de subsistência, apontando o caso dos tecidos grosseiros para uso interno dos latifúndios. Em fase recessiva posterior (1873-1896), tal produção foi adquirindo o caráter de pequena produção mercantil, nas oficinas de reparos, trabalhados por “negros de ganho”, dando origem a grandes fábricas de tecidos e fazendo nascer a indústria nacional. Com a ajuda de políticas que funcionavam também como barreira protecionista (tarifas alfandegárias), a indústria continuava a crescer, mesmo em fases de expansão do comércio internacional. Esta realidade fez surgir um centro dinâmico interno, criando

um setor (o industrial) com seu próprio dinamismo que se manifestava nos ciclos julgarianos brasileiros.

Armen Mamigonian (2000, p. 14 e 15), comenta que

cada ciclo médio correspondeu a um degrau na escada da substituição de importação: indústrias de bens de consumo simples, indústrias de materiais de construção, indústria de bens de consumo duráveis e indústria química e mecânicas pesadas.

Tal realidade explica por que a limitação do mercado, determinado pela concentração da renda, não foi um empecilho, mas até um estímulo à industrialização, tornando, portanto, desnecessária a reforma agrária.

O estímulo é explicado pelo fato de que o acúmulo obtido no degrau anterior do edifício industrial era aplicado em novas substituições de importações. Entretanto, neste processo, a grande concentração de renda deu origem a grandes grupos econômicos que conseguiram monopolizar e oligopolizar o mercado, agravando os problemas comentados anteriormente.

Com a falência do Estado nos anos 80, retirando grandes subsídios e créditos rurais, o início do período recessivo do quarto Kondratieff (pós 1973) e com o completo edifício industrial, alcançando o limite final da substituição de importações, e ainda uma grave crise urbana decorrente do acelerado processo de urbanização, a questão da reforma agrária retoma com forças.

Diante de tal conjuntura, e a subida do Governo Collor ao poder no início da década de 90, abre espaço para um novo modelo de crescimento econômico-social, pautado na abertura do mercado nacional e a retirada de barreiras às importações, ocasionado uma forte reestruturação, atingindo tanto os produtos agrícolas quanto industriais.

Com o fim dos subsídios, aliado a um quadro de recessão e desemprego, a agricultura brasileira passa por uma forte crise. É, neste meio, frente a uma grave crise urbana, que diversos movimentos sociais ligados à questão agrária, ganham força e visibilidade, entre eles o Movimento dos Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), entre outros, pois, como dito, mesmo em um intenso processo de industrialização, a estrutura fundiária brasileira não foi alterada. Uma melhor distribuição de terras passa a ser reivindicada como forma de solucionar tanto o grave problema urbano, pois parte da população retornaria ao meio rural, como a pobreza no campo. Em certa medida, com a redemocratização do

país, tal reivindicação foi buscada no Plano Nacional de Reforma Agrária de 1985 e na nova Constituição de 1988, que resultou no aumento da porcentagem de terra cultivável disponível, que foi de 26,7% do território nacional em 1980 para 31,3% em 2010, mantendo, entretanto, a permanência da concentração de terra e dos perfis de propriedades (gráfico 01). Destaca-se que a Constituição de 1988 reiterou a função social da propriedade da terra (art. 186), permitindo a desapropriação das propriedades que não atendessem a essa função com relação à produção, ao meio ambiente e às condições de trabalho.

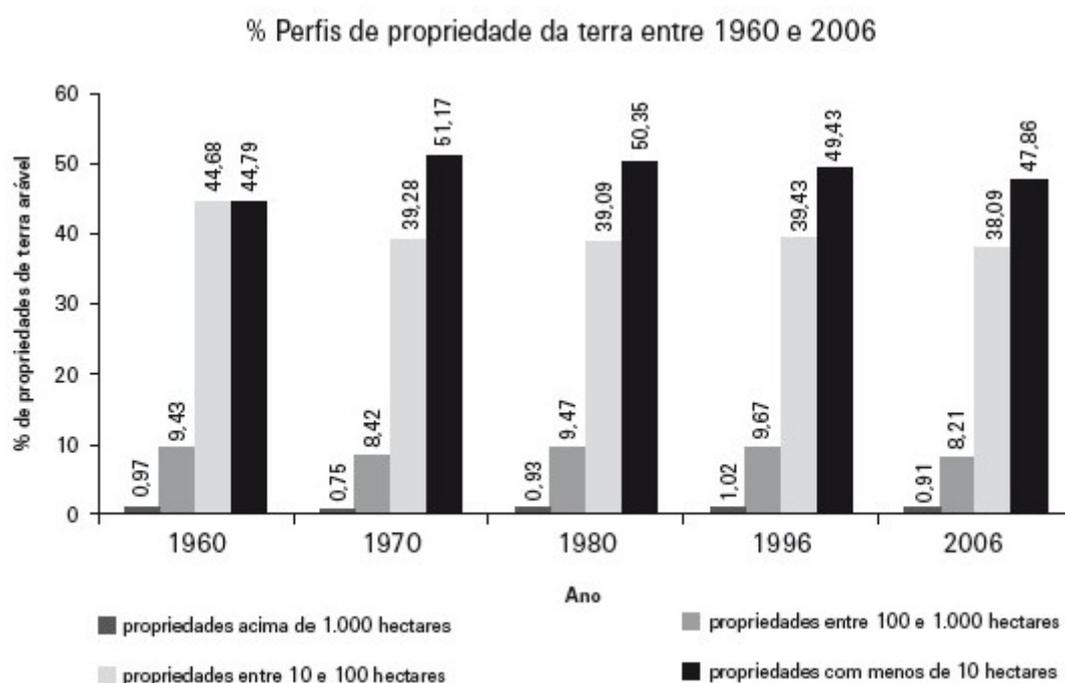


Gráfico 01: Perfis de propriedade da terra entre 1960 e 2006.
 Fonte: SIDRA / IBGE. Disponível em www.sibra.ibge.com.br

Com a abertura de mercado ocorre o aumento de importação, diminuindo os preços dos alimentos e a entrada generalizada das grandes indústrias alimentares internacionais. Tem-se também o desenvolvimento dos supermercados, quebrando os oligopsonio-oligopolios, pois a produção, antes controladas por estes, acabam sendo dirigidas às grandes redes.

Embora o pessimismo apontasse para a destruição da maior parte da agricultura brasileira, nos anos 90, o governo lança a cédula do produtor rural, possibilitando uma nova forma de financiar a agricultura. Este novo sistema é financiado por bancos privados que pegam como garantia a produção do agricultor. Por

sua vez, o banco lança as estimativas de produção na bolsa de valores, financeirizando a agricultura brasileira.

Foi, então, a desnacionalização e a importação de alimentos que forçou a indústria brasileira a passar por um intenso processo de reestruturação, passando a centralizar a gerência, criando uma nova estrutura por negócios. As indústrias também se viram obrigadas a se capitalizar através de ações, fazendo com que empresas que estavam sob controle familiar passassem a ter participações de bancos e de empresas de outros setores. Acompanhando a modernização, ocorre a modificações no parque fabril brasileiro e a busca por redução de custos através de uma logística mais aperfeiçoada e das formas de negociação.

Sem as barreiras protecionistas, que garantiam um mercado cativo, diversas indústrias buscaram conquistar novos mercados em território nacional, expandindo-se e incorporando ao mercado consumidor novas regiões, como o Nordeste e Norte brasileiro. Muitas delas, em virtude da grande distância desses mercados e os centros produtores, acabaram por se instalar nessas regiões, ampliando o número de filiais. Este processo resultou também em modernização do parque fabril, pois a construção de novos centros de produção impunha a compra de equipamentos mais modernos que os existentes nas matrizes. Entre as estratégias para se manter no mercado, neste período, está as fusões e aquisições, ao mesmo tempo em que as empresas começam a comercializar suas marcas. Todo este processo resultava em uma política ofensiva.

A consolidação destas ações possibilitou a expansão do consumo em massa, fazendo que a partir de 2003 ocorra um grande aumento na produção e proliferação da indústria alimentícia no Brasil, enquanto que a abertura de mercado e a financeirização da agricultura, atrelada ao fato de permanecer no país uma estrutura agrária predominantemente latifundiária, propiciou o desenvolvimento do agronegócio. Tudo isto consolidado com um intenso processo de desnacionalização e a falência de um grande número de empresas que não conseguiram se adaptar frente a essa nova realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão agrária brasileira tem início em seu processo de desenvolvimento econômico, baseado na alta concentração de terras e assim mantido ao longo de toda a sua história, seja no período colonial, através da divisão do território em capitanias

hereditárias e das doações de sesmarias, seja no período imperial, através da Lei de Terras (1850), estabelecendo que a aquisição de propriedades somente poderia ocorrer através de pagamento à vista, impossibilitando a maior parcela da população de tal ato e garantindo mão de obra “livre” para o trabalho agrícola através do sistema denominado complexo rural. No período Republicano, a realidade permanece, pois não ocorre uma efetiva reforma agrária para modificar tal cenário.

Entretanto, contrariando várias teorias que afirmavam que o processo de industrialização brasileiro, e conseqüentemente seu desenvolvimento, só ocorreria se o país sofresse reforma agrária, o Brasil completou seu edifício industrial nas últimas décadas do século passado. Tal realidade só é possível porque o processo de industrialização brasileiro ocorre primeiramente no Departamento II, com bens de consumo, para então seguir para o Departamento I, bens de capital. Assim, foi em consequência do acúmulo de capital no Departamento II que foi possível investir na produção de bens de capital, promovendo o processo de substituição de importação e mantendo sob controle de um restrito grupo todo o processo de produção. Esta realidade possibilitou o surgimento dos monópsônios e oligopsônios, dando pouco poder de barganha aos produtores agropecuários, portanto, altamente explorados, ao mesmo tempo em que o campo se modernizava, liberando alto contingente populacional e pondo fim aos complexos rural.

A formação do expressivo exército industrial de reserva, junto ao pouco poder de barganha dos produtores agropecuários, possibilitou mão de obra barata e, portanto, alta margem de lucro, possibilitando o avanço do Departamento I. Posteriormente, a consolidação do mercado interno permitiu novos avanços industriais, ao mesmo tempo em que poderosos subsídios e créditos agrícolas eram implementados, aumentando a produtividade no campo e seu nível de modernização. Na conjuntura depressiva, com a falência do Estado e com o completo edifício industrial, o problema agrário toma fôlego (surgimento do MST, Movimento dos Pequenos Agricultores, etc.), tendo sido enfrentado pelos neoliberais com a abertura de mercado, a financeirização da agricultura e o incentivo às importações.

Considerando esta conjuntura, atualmente, a questão da reforma agrária é pouca propícia de ocorrer, pois o pequeno agricultor, dado o nível de avanço tecnológico e financeiro dos grandes produtores, não é capaz de competir e se manter no mercado. Entretanto, a reforma agrária se trata de uma questão importante a ser discutida e enfrentada, vista que é uma solução para segurar a população rural no campo

e resolver os graves problemas sociais que atingem os centros urbanos brasileiros (favelização, desemprego, altos índices de famílias sem propriedades vivendo em ocupações ilegais ou na rua, grande exercito industrial de reserva, etc.). Considerando a ideia central da obra de Kautsky, publicada em 1899 e intitulada “A Questão Agrária”, onde aponta que a grande propriedade agrícola é superior tecnicamente em relação à pequena propriedade e tem como causa a penetração do capitalismo no campo e como consequência a “industrialização da agricultura”, estes novos pequenos produtores, não podendo competir com as grandes propriedades, poderiam se inserir em nichos de mercado rurais, tais como a produção de hortifrutigranjeiros, nos cinturões verdes dos grandes centros urbanos, no turismo rural, etc., podendo, dessa forma, possuir renda e permanecer no campo. A recomposição da unidade familiar, assim, diminuiria o impulso para a mudança em definitivo para o meio urbano, reduzindo o fluxo migratório para as cidades e a mão de obra disponível nessas, podendo, indiretamente, implicar em melhores ganhos salariais para os trabalhadores urbanos em face da diminuição da oferta de mão de obra.

REFERÊNCIAS

DOBB, Maurice. Do Feudalismo para o Capitalismo. *In: A transição do feudalismo para o capitalismo: um debate*. HILTO, R. et al. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

EMBRAPA, Circular Técnica n. 74, Abril, 2010. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/854125/1/CT74eletronica.pdf>. Acesso em 15 de dezembro de 2016.

FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura Economica, 1945.

GASQUES, J.G. et al. *Gasto Público em Agricultura. Retrospectiva e Prioridades*. Brasília: MAPA, Assessoria de Gestão Estratégica, 2006.

GASQUES, J. G. et al. “*Produtividade e fontes de crescimento da agricultura brasileira*”. In: DE NEGRI, J. A.; KUBOTA, L. C. (ed.). *Políticas de Incentivo à Inovação Tecnológica*. Brasília: IPEA, 2008.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

IBGE. 2012. *Censo Agropecuário 2006*. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Segunda Apuração. Rio de Janeiro: IBGE.

MAMIGONIAN, Armen. *Teorias sobre a industrialização brasileira*. Cadernos Geográfico nº2. Florianópolis: UFSC, 2000.

MAMIGONIAN, Armen. *O Nordeste e o Sudeste da divisão regional do Brasil*. Geografia Econômica: Anais de Geografia Econômica e Social, Florianópolis - SC, v. 1, n. 1, p.49-70, 1 abr. 2009. Anual.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda. 4ª Edição, 1987.

MAYER, F. *Agrarismo e industrialismo*. Buenos Aires.1926.

MENDONÇA DE BARROS, J. R.; MANOEL, A. “Insumos Agrícolas: evolução recente e perspectivas”. In: BRANDÃO, A. S. P. (ed.). *Os Principais Problemas da Agricultura Brasileira: análise e sugestões*. 2ª ed. Rio de Janeiro: IPEA, 1992, 420p.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Geografia das lutas pela terra no Brasil*. 11 ed. São Paulo: Contexto. 2002.

KAUTSKI, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

PRADO, Jr., Caio. *História do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1945.

PRADO JR. Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

RANGEL, Ignácio. O desenvolvimento econômico no Brasil (1954). In: *Obras Reunidas*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2005, vol.1. p.39-126.

RANGEL, Ignácio. *Dualidade Básica da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.

RANGEL, Ignácio. *A inflação Brasileira*. 2º edição, Rio de Janeiro. Edições Tempo Brasileiro, 1963.

RANGEL, Ignácio M. *História da dualidade brasileira*. Revista de Economia Política, v.10, nº 4, Editora Brasiliense, 1981.

RANGEL, Ignácio. *Obras reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005a. V. 2.

PAIM. G.. *Industrialização e economia natural*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957

PEREIRA, Raquel M. Fontes do A. Santa Catarina no Contexto da Formação sócio-espacial do Brasil Meridional: do período colonial ao início do século XX. In: MAMIGONIAN, Armen et al. *Santa Catarina: Estudos de Geografia Econômica e Social*. 4. ed. Florianópolis: Ed. Ufsc, 2011. p. 13-30. (Livros Geográficos).

SAMPAIO, Fernando dos Santos; BROIETTI, Marcos Henrique; MEDEIROS, Marlon Clovis. *Dinâmica capitalista na Agricultura Brasileira: acumulações e relações de trabalho*. Cadernos Geográficos nº 11, maio de 2005. Florianópolis, UFSC.

SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1957.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

WORLD BANK Database. *World Bank Commodity Price Data*..

AGRARIAN QUESTION AND CAPITALISM: OR BRAZILIAN CASE

ABSTRACT

In Brazil, the agrarian question has been the subject of intense debate since the middle of the last century, when it is leveraged with the process of urbanization / industrialization. Its correct interpretation was and still is of paramount importance. If the problem were not understood, it would not be possible to understand either the problem of industry or the role that services play. Interpreting correctly was the solution to indicate which difficulties should be faced and the way forward. Thus, this article aims to describe the origins of the Brazilian agrarian question and its unfolding from the point of view of the capitalist development process, pointing out the main theories developed. It seeks to understand how Brazil managed to build its industrial building without the occurrence of agrarian reform and the conjuncture of when this process enters agriculture. It points out how the state reacted to the passage of Brazilian society, from rural to urban, while entering into an accelerated process of industrialization in conditions of agrarian crisis.

Keywords: development; agrarian; economy.

AGRICULTURA Y CAPITALISMO: EL CASO BRASILEÑO

RESUMEN

En Brasil, la cuestión agraria ha sido objeto de un intenso debate desde mediados del siglo pasado, cuando se apalancó con el proceso de urbanización / industrialización. Su correcta interpretación ha sido y sigue siendo de suma importancia. Si el problema no se entendiera, tampoco sería posible entender el problema de la industria o el papel que desempeñan los servicios. Interpretar correctamente fue la solución para indicar qué dificultades se deben enfrentar y el camino a seguir. De este modo, este artículo pretende describir los orígenes de la cuestión agraria brasileña y su evolución desde la perspectiva del proceso de desarrollo capitalista, señalando las principales teorías desarrolladas. Busca comprender cómo Brasil pudo construir su edificio industrial sin reforma agraria y la coyuntura de cuándo este proceso entra en la agricultura. Señala cómo reaccionó el estado ante el paso de la sociedad brasileña, de lo rural a lo urbano, al tiempo que entra en un proceso acelerado de industrialización en condiciones de crisis agrarias.

Palabra clave: desarrollo; agrário; economía

Recebimento: 07/2019

Accite: 05/2020